



DINÂMICAS URBANAS: PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL

Eline Andrea Dornelas¹

RESUMO

O presente texto pauta-se em uma perspectiva interdisciplinar para compreender as dinâmicas urbanas e os diferentes usos do território a partir do Patrimônio urbano e do turismo cultural. Para tanto, utilizaremos a Geografia, a História e o Turismo, com o intuito de entender a relação da atividade do turismo cultural nas cidades considerando a construção dinâmica da História, suas temporalidades, identidade e memória dos lugares que se materializam no espaço geográfico percebido e vivido pelas comunidades locais, integrando a possibilidade do uso turístico desses lugares. O procedimento metodológico se devolveu a partir da pesquisa bibliográfica e por meio de obras de autores como: Ana Fani, Eliseu Sposito, Claude Raffestin, Milton Santos, Michael Pollak, Marcos Saquet, Sandra Pesavento entre outros, evidenciaram elementos para pensar a atividade turística por meio de modelos de gestão da informação e políticas públicas que preservem as características locais, identitária, de pertencimento e preservacionistas a partir da alteridade.

Palavras chave: espaço; identidade; comunidade

INTRODUÇÃO

A cidade é o modo de sentir, viver e pensar é a materialização do espaço geográfico enquanto elemento social e histórico a partir da utilização que se faz dos lugares em determinados momentos históricos.

Dessa forma, como esses elementos são transformados em bens e serviços e consumidos pelos turistas, quais caminhos e possibilidades podemos pensar o turismo cultural como uma prática social que necessita do espaço e, ao mesmo tempo, o transforma e o produz em uma proposta econômica de inclusão social, de produtos culturais e de distribuição de renda a partir de uma construção dinâmica da história.

Para Pesavento (2002), a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem por isso, serem

¹ Doutoranda em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP)-Presidente Prudente. Email: e.dornelas@unesp.br



uns mais verdadeiros ou importantes que os outros. É o "lugar do homem", de uma multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.

As transformações econômicas e sociais deixam na cidade marcas e sinais, assim, a paisagem urbana contém um relato das formas de sentir, ver e sonhar a cidade, (...). Neste contexto, percebemos as imagens urbanas trazidas por meio da arquitetura que se apresentam no traçado nos edifícios, nas calçadas, praças e nos remetem a diferentes temporalidades.

Em relação ao patrimônio cultural que nos transporta ao passado é pensado e sentido a partir do presente. O espaço urbano, na sua materialidade imagética, toma-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade. Portanto, o espaço é sempre portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação. (PESAVENTO, 2002 p. 9).

Dessa forma, a cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, assim, o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e; o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. (SANTOS, 2008 p. 35).

Para Santos (2008), o espaço é uma instância social, assim como a política, a economia e a cultura. O espaço é uma construção horizontal, uma situação única que acontece das ações sociais para as formas e objetos em um sistema de valores, que se transforma permanentemente. O espaço geográfico é, portanto, constituído por formas (espaços de produção, de distribuição, de troca, de consumo, de circulação) e por conteúdos (estruturas, processos e funções).

O uso diferenciado das cidades demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz na paisagem urbana, nas relações sociais, por sua vez, ganham materialidade, e é nesse contexto que o turismo se constitui em um dos aspectos diferenciais para o



desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos como uma atividade capaz de promover e preservar a nossa cultura a partir do patrimônio.

O turismo que se realiza por meio do espaço, torna-se importante setor da economia que produz e consome um determinado tipo de lugar, desse modo, para entender as atividades voltadas para o turismo, às análises e informações sobre ordenamento e gestão territorial são importantes para elencar as potencialidades das cidades para a realização das atividades turísticas.

DIFERENTES OLHARES PARA O TURISMO E TURISMO CULTURAL

Apesar da crescente importância atribuída ao turismo no Brasil no que se refere à geração de renda em escala local, para a preservação de ecossistemas e do patrimônio cultural, poucas ações são percebidas no intuito de prover ferramentas para uma gestão adequada de políticas públicas e de planejamento que busquem um desenvolvimento responsável do turismo cultural.

Sendo a atividade turística dinâmica, torna-se necessário um permanente replanejamento, revisão de políticas em todos os níveis para a conservação e para a diversidade do patrimônio natural e cultural com base numa política ecologicamente correta que beneficie a sociedade, a cultura e o meio ambiente.

Percebe-se a relação da atividade turística com as cidades a partir dos espaços produzidos, da apropriação e uso dos lugares, da constituição da identidade que compõem os elementos arquitetônicos e urbanísticos, a partir do espaço percebido e vivido, assim, nosso recorte temporal aqui aborda as discussões pautadas no campo da memória, da identidade e patrimônio cultural associada ao turismo cultural.

Entendemos que o patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade e de memória das comunidades, de experiências vividas, assim o uso turístico



deve sempre atuar no sentido do fortalecimento das culturas, a partir de atividades que instigue a preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico.

De acordo com o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Nacional de Turismo, temos a seguinte definição de turismo cultural:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006 p.15)

Desse modo, a dinamicidade do conceito de patrimônio deve ser abordada, pois a sociedade passa por constantes transformações e mudanças em seus contextos sociais, históricos.

Neste contexto, o conceito de patrimônio foi sendo modificado ao longo dos tempos e ampliando seu entendimento, trazendo contribuições importantes não só no que refere as edificações arquitetônicas e urbanísticas como em relação aos conteúdos simbólicos expressados a partir de diferentes memórias individuais e coletivas presentes nas formas de criar, fazer e viver, valorizando as produções locais e regionais permitindo novas interpretações, e que devem estar em consonância com as transformações no campo da memória e da identidade.

Deste modo, o conceito de patrimônio cultural está continuamente passando por um processo de reconstrução, pois, não se trata de um meio ou recurso para conhecer o passado e construir a história, mais das evidências da história, o que resta do passado e que é dado valor no presente.

Para Pollak (1989), a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, e com ela os sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de formas e intensidade diferentes.



A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e as instituições que compõem a sociedade, para definir seu lugar, sua complementariedade.

O uso econômico do patrimônio no turismo cultural o transforma e produz em uma proposta econômica de inclusão social, de produtos culturais e de distribuição de renda, porém nossa reflexão aqui pauta-se em como realizar essa proposta a partir de uma construção dinâmica da história, como instrumentalizar a população local para sua referência histórica e cultural.

Quais elementos e ferramentas podem ser utilizados para que essa informação seja compreendida por esse turista, destacamos aqui que a informação, a compreensão e a gestão da informação devem ser transformadas em uma linguagem em que o contexto não seja superficial para que não seja transformada em uma apresentação espetacular.

Para Raffestin (2008), os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas por meio das diversas linguagens, o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas entre outras.

A elaboração das nossas reflexões está subsidiada em uma metodologia pautada na pesquisa bibliográfica e por meio de obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema com o intuito de identificar trabalhos científicos e explorar ao máximo as potencialidades das atividades e interesses envolvidos no turismo e seu vínculo com os recursos naturais, econômicos, culturais e históricos partindo de um diálogo com a Geografia, História e o Turismo.

Dessa forma, embora exista uma forte presença de moradores locais na região, os mecanismos de gestão desses espaços ainda não demonstram princípios de democratização nos quais a comunidade local seja inserida não apenas como consumidora, mas também ocupe o espaço de produtora e gestora desses projetos de turismo.



O turismo cultural proporciona experiências de valorização dos bens culturais além de estimular ações de preservação patrimonial, aproximando a comunidade de seus lugares de memória e manifestações tradicionais.

Assim, as políticas públicas relacionadas ao Turismo, descrevem as estratégias de descentralização, a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo com conjunto de objetivos, diretrizes, regras, regulamentações e estratégias no andamento da atividade turística com o objetivo de integração social e para a diminuição das desigualdades regionais.

Todas essas ações são importantes, porém, gostaríamos de chamar atenção as questões que estão relacionadas a comunidade local na gestão das políticas públicas de turismo para a falta de capacitação técnica desses indivíduos, o que dificulta a sua atuação de forma profissional e especializada na gestão dos projetos.

É preciso ressaltar a necessidade de programas de capacitação e qualificação, por meio das Políticas Públicas articulando um intercâmbio socioeducativo entre os diferentes grupos sociais e o preparo das comunidades para administrar e planejar o turismo, ampliando o diálogo com a comunidade, permitindo que participem no/do processo de identificação e seleção dos espaços de visitação turística, elencando elementos que devem ser explorados.

Neste contexto, o diálogo com a Geografia torna-se importante para entendermos que o território ocupado por diferentes grupos sociais e que são considerados produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade.

Para Saquet (2008), território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. E segundo o autor:

O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado



socialmente, com destaque para as formas/edificações e para as formas da natureza, que enriquece a vivência cotidiana, produzindo laços de significação e pertencimento cultural, ao mesmo tempo em que a atividade turística contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. (SAQUET, 2008 p.81).

Para o autor há redes de territórios e territórios em redes, território nas próprias redes e redes no território, num único movimento que se realiza continuamente em tramas infundáveis que precisam ser maximizadas em favor da justiça social, da preservação da natureza, da distribuição da riqueza, da valorização dos saberes populares, da autonomia. Portanto, nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (SAQUET, 2008 p.91)

Podemos dizer que o turismo é um acontecimento dinâmico e complexo da sociedade, que esta diretamente ligada à produção, transformação e organização do território.

Dessa forma, o espaço geográfico não pode ser visto como um espaço estático, mas em constante movimento, dado pela dimensão do tempo, enquanto processo que ao materializar-se transcende da potência ao ato, resultando em uma nova totalidade, mas essa também não está pronta, pois sempre estará se refazendo por meio da totalização.

Assim, o conceito de lugar turístico torna-se o lugar do encontro do anfitrião com o turista, onde estabelece uma troca de conhecimento, de sensações e de desejos, sendo possível entender a produção do espaço geográfico no âmbito dessa atividade econômica, ou seja, os objetos e ações, a configuração territorial e o território usado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo nossas reflexões, conforme exposto no texto, a importância e benefícios das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo é fundamental para as questões da sustentabilidade e qualidade do turismo oferecido aos visitantes e para a comunidade. No entanto, a participação da comunidade e grupos sociais locais ainda se apresenta limitada na gestão e planejamento do patrimônio cultural, para uma harmonização entre as características dos bens culturais, sua dinamicidade e as modificações que o uso turístico traz nas suas comunidades, nosso objetivo com essas reflexões não está direcionada para aplicabilidade e implementação dessas políticas, e sim na necessidade de pensar essas atividade turística por meio de modelos que preservem as características locais, identitária, pertencimento e preservacionistas a partir da alteridade.

Assim, de acordo com Brito (2019), atuar nesse campo pressupõe investir em conhecimento, em geração de informações que permitam, previamente ao desenvolvimento da própria atividade, criar as condições adequadas para não pôr em risco a integridade do patrimônio que se oferece.

Para o turista o lugar turístico é o espaço, o momento uma experiência, real e direta, de descoberta de si e do outro, já para o habitante é o lugar permanente onde estão suas experiências vividas; sua identidade, sua dimensão de vida, definida a partir das suas relações e interação com o outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2011.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: set. 2021.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.



BRASIL. **Decreto** 9.763, de 11 de abril de 2019. Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

BRITO, Marcelo. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília- Iphan, nº 40, 2019.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MENESES, J. N. C.. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PAES, M. T. D. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 105–118, 2015. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645810>. Acesso em: 7 set. 2021.

PESAVENTO, S. J.. **O imaginário da cidade**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SAQUET, M. A. &

SPOSITO, E. S (organizadores), 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 8. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.